



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 007

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	Capa
TAGUIGRAFIA	0039
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0056

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO P Nº 054/2021-LEG/ALE

Designar o Deputado Alan Kuelson Queiroz Feder para responder como Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2021.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro no que dispõe o § 6º do art. 2º e art. 111, todos do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Deputado Alan Kuelson Queiroz Feder para responder como Presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2021

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

ATO Nº 23/2020-MD/ALE.

Dispõe sobre a adoção de procedimentos destinados ao enfrentamento e prevenção do contágio do coronavírus (COVID-19) no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como

Considerando o que dispõe a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando o agravamento do surto mundial do COVID-19, vírus com alta taxa de transmissibilidade, com crescente confirmação de novos casos no Brasil, bem como o iminente colapso dos sistemas públicos e privados de saúde;

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 25.728, de 15 de janeiro de 2021 e suas alterações posteriores;

Considerando a gravidade clínica da doença, com complicações graves, internações e mortes, a vulnerabilidade da população e, principalmente, a indisponibilidade de medidas preventivas como vacinas e tratamentos específicos;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos e regras que garantam a continuidade das atividades da Assembleia Legislativa, preservando a saúde das pessoas que circulam nas dependências da Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Entre os dias 18 a 26 de janeiro de 2021, estabelecer no âmbito do Poder Legislativo Estadual, regime de plantão de

MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN
2º Secretário: DR. NEIDSON
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA
4º Secretário: EDSON MARTINS

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Ronilson Melo da Cruz*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leônico Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

seu funcionamento, em caráter transitório, destinado à manutenção de suas atividades essenciais.

§ 1º Entende-se por regime de Plantão, o horário habitual de funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado.

§ 2º Cabe a cada chefia imediata, organizar o plantão do respectivo órgão, conforme suas necessidades, em número não superior a 03 (três) servidores por turno, devendo, os demais servidores cumprir suas atividades em *home office* durante o horário de expediente, em regime de sobreaviso, conforme demanda encaminhada pela chefia imediata.

§ 3º Caso haja necessidade de quantitativo de servidores maior do que o estabelecido no parágrafo anterior, deverá a chefia imediata do Órgão e/ou Setor justificar, por escrito à Secretária-Geral, competente para a respectiva autorização.

§ 4º Por estarem em regime de sobreaviso, uma vez constatada a necessidade e, diante do interesse público, os servidores poderão ser convocados, pela chefia imediata, para desempenhar suas funções na sede do Poder Legislativo a qualquer tempo, devendo atender à convocação imediatamente.

§ 5º Cometerá falta grave, o servidor que, em dias úteis e durante o horário de expediente, no período de que trata o *caput* do art. 1º, comprovadamente, viajar ou for encontrado, sem razão que justifique, em *shoppings*, academias, cinemas, bares, festas e outros ambientes congêneres, em que houver aglomeração de pessoas.

Art. 2º Enquanto perdurar o sistema de plantão, estabelecido pelo presente Ato, fica dispensado o registro de frequência dos servidores, cumprindo à chefia imediata a supervisão da execução das atividades pertinentes a cada Órgão.

Art. 3º Aplica-se o disposto no presente Ato aos escritórios parlamentares, existentes fora da sede da Assembleia Legislativa, cujos Municípios estiverem enquadrados na fase 1, pelo Poder Executivo Estadual, cabendo a cada deputado avaliar as atividades essenciais de cada unidade, bem como o respectivo regime de plantão e sobreaviso.

Art. 4º As convocações decorrentes deste Ato serão realizadas, preferencialmente, por comunicação eletrônica, tal como, chamadas telefônicas, *WhatsApp*, entre outros.

Art. 5º Enquanto perdurar o regime de plantão que trata o *caput* do art. 1º, fica proibida a entrada, nas dependências da sede do Poder Legislativo, de qualquer pessoa que não possua vínculo com a Assembleia Legislativa, ainda que acompanhada de servidores ou parlamentares.

Art. 6º Aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, ao Poder Legislativo Estadual, as demais medidas temporárias de isolamento social restritivo impostas pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de janeiro de 2021.

Mesa Diretora, 18 de janeiro de 2021.

Deputado LAERTE GOMES

Presidente – ALE/RO

Dep. ROSÂNGELA DONADON

1ª Vice-Presidente – ALE/RO

Deputada CÁSSIA MULETA

2ª Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado ISMAEL CRISPIN

1º Secretário – ALE/RO

Deputado Dr. NEIDSON

2º Secretário – ALE/RO

Dep. GERALDO DA RONDÔNIA

3º Secretário – ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS

4º Secretário – ALE/RO

TAQUIGRAFIA

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 11.01.2021

INÍCIO: 11h22min

PRESIDENTE: SR. DR. NEIDSON

MEMBROS: SR. JAIR MONTES

SR. CHIQUINHO DA EMATER

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Declaramos aberta a Reunião Extraordinária, aos 11 dias do mês de janeiro de 2021, registrando as presenças dos senhores deputados: Deputado Alan Queiroz, Deputado Jair Montes e Deputado Chiquinho da Emater. E, temos aqui a justificativa de ausência da Deputada Cassia Muleta que está... por motivos já esclarecidos aqui, não pode se fazer presente aqui na Comissão de Saúde e Previdência.

O SR. JAIR MONTES – Pode falar. **(fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Pode falar? Ela está com suspeita de Covid também. Está aguardando o resultado em quarentena.

Então, ficou marcado para hoje, dia 11 de janeiro, a apresentação do PCCR aos sindicatos, aos funcionários da Saúde. E já vamos pedir ao Governo do Estado e também a todos os representantes, Secretário Fernando; Secretários Júnior Gonçalves; Fernando Máximo; Fernando, da Sefin, o Thiago e o dela eu esqueci o nome.

O SR. JAIR MONTES – Beatriz.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Beatriz, lá da Sepog. A Bia.

O SR. JAIR MONTES – A mulher do dinheiro.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos deixar aberta a palavra.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Dr. Neidson, eu queria só cumprimentar.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES – Eu quero aqui parabenizar a todos. Para mim é um motivo de alegria porque, eu lembro a primeira Audiência que fizemos e a ansiedade também e o sonho da Saúde. Eu estou aqui na presença do Presidente da Comissão que assumiu o lugar do nosso prefeito agora, Fúria, ex-deputado Fúria, agora o Deputado Alan Queiroz, que é da área da Saúde, é dentista. Então, nós ganhamos mais um profissional da Saúde na Comissão e também na Assembleia, com o Deputado Dr. Neidson.

E a gente fica esperançoso, Secretário Júnior Gonçalves, Chefe da Casa Civil; Secretário da Saúde, Fernando Máximo, nosso amigo Fernando; nosso amigo Secretário da Sefin, Thiago Denger e a Bia que estão aqui conosco, veio o staff aqui do governo, o Procurador Thiago acompanhando aqui o staff do governo, que são pessoas de confiança do Governador. E que a gente, nesta reunião, consiga chegar ao tão sonhado PCCS/PCCR dos servidores da Saúde do nosso Estado. Tendo em vista que passamos por uma pandemia mundial, que cada dia que nós ligamos nos meios de comunicação a gente fica mais assustado. A primeira a gente achava que era terrível, mas não, a segunda está sendo terrível. Vendo ontem os mortos, os óbitos em Manaus eu fiquei aterrorizado. Inclusive o prefeito lá, do meu partido, que ganhou agora, que é o David, é amigo meu, irmão de igreja — falava com ele ontem —, o Pazuello está lá com ele agora pela manhã. Então assim, Manaus está algo insuportável, temeroso. E que em Rondônia também não está fácil, mas, graças a Deus, os óbitos não estão sendo tão grandes quanto o Amazonas.

E quem é da linha de frente? São vocês da área da Saúde. São os profissionais da Saúde que estão na linha de frente mesmo no combate a esta pandemia. E é mais do que justo, Secretário Fernando Máximo e Secretário Júnior, pedir a Deus que o estudo que foi feito e que será apresentado, que é para isso hoje, que o estudo que será apresentado que seja a contento da Saúde também, que o Estado tenha essa saúde financeira para suportar e que nós possamos ter a racionalidade de podermos conviver, o servidor público e também o governo.

Eu falo para todo mundo "eu estou deputado, amanhã eu deixo de ser deputado", vocês são servidores públicos. Eu não voto contra servidor público. Eu já deixei isso bem claro. Eu não voto contra servidor público. Há tempos atrás o político tinha uma visão diferente do servidor público. Hoje nós sabemos que quem segura a máquina é o servidor público. Então nós temos que valorizar o servidor público.

Então, que Deus nos abençoe e que a reunião possa ser produtiva e que possamos chegar ao denominador que tanto precisamos. Um forte abraço a todos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ – Deputado Chiquinho, Excelência, eu vou fazer o uso da palavra depois de Vossa Excelência.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero aqui saudar o meu Presidente Dr. Neidson. Já agradecer Presidente Dr. Neidson, nós estamos de férias, mas estamos aqui para atender o nosso povo da Saúde.

É uma grande alegria, como o Deputado Jair falou, a gente chegar nesta data de hoje e sair daqui vitorioso com o pleito de vocês, que é o sonho de todos nós, que é um plano de vocês, mas nosso também. Deputado Alan, seja bem-vindo a esta Casa. Que Deus te abençoe. Você já foi vereador por cinco mandatos e agora é nosso deputado aqui no lugar do nosso Deputado Fúria, que está prefeito de Cacoal.

Saudar o meu líder Deputado Jair Montes, saudar o Secretário de Saúde, este homem que é... Como é que se diz? Está todo mundo atrás, na situação da Covid. Não é isso. É atrás no bom sentido. **(Respondendo a uma fala ininteligível, fora do microfone)**. E tentar resolver essa questão da Saúde, Fernando, que a Covid está... Eu sei que o senhor tem feito todo esforço do mundo, tanto o senhor quanto o Governador Marcos Rocha, mas a situação não está fácil. Nós temos que achar uma solução.

Depois desta reunião aqui, que é o objetivo, nós queríamos uma reunião com você Fernando e os Deputados, você e a Casa Civil e o Secretário Luís Fernando para ver o que podemos achar de solução para ajudar a melhorar o atendimento da Covid aqui em Porto Velho e em todo o Estado. Vilhena está na situação em que está, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, e nós todos temos que achar uma solução para atender a nossa população.

Então, eu acredito em vocês, acredito no Governo Marcos Rocha, acredito em você, Fernando, nós temos uma amizade. Mas independente da nossa amizade, nós temos que salvar vidas. E nós aqui - a Assembleia - está aqui para ajudar. Quero saudar aqui meu companheiro da Assembleia Legislativa, nosso Controlador que está aqui hoje, que Deus te abençoe também. E dizer que é uma alegria estar aqui com vocês do Sindicato para a gente achar essa solução. Que Deus nos abençoe para que a gente saia daqui vitorioso. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ – Bom dia a todos, a todas. Quero cumprimentar inicialmente o nosso Presidente dos trabalhos, Deputado Dr. Neidson, nosso Deputado; meus cumprimentos também ao meu amigo —estivemos por dois mandatos na Câmara dos Vereadores —, Deputado Jair Montes; também com alegria, Deputado Chiquinho, de forma tão gentil, como sempre, se reportando a nossa pessoa. Meus cumprimentos ao Júnior Gonçalves, aqui representando o nosso governo, o nosso Governador Marcos Rocha; meus cumprimentos também ao Fernando, Secretário de Saúde do Estado de Rondônia;

Fernando também representando o nosso governo como um todo. Nossos representantes dos Sindicatos, a Dra. Lenzi, Célia, Dr. Rodrigo, Charles, quero cumprimentar a todos os representantes aqui do Sindicato, Senhor Jairzinho, os técnicos de radiologia.

O Deputado Jair foi muito feliz na sua fala, onde fala que esse é um dia muito esperado por todos os profissionais de Saúde, pois é a vida, é o agora, é o depois, é o futuro. O Plano de Carreira é algo esperado, Deputado Jair, por todos os servidores públicos, e hoje chegou o momento da Saúde. O momento mais oportuno, o momento onde mostra claramente o quanto fragilizado está a nossa Saúde e o quanto é importante o profissional de Saúde. O mundo inteiro, hoje, sente que deveria ter olhado de forma diferente para os profissionais de Saúde e ter dado mais condição para ele, que neste momento a gente estaria em outra situação, em outro patamar. Mas é o momento desta discussão e eu acredito que é o início desta discussão. Eu tenho certeza que ainda, após a apresentação aqui do Projeto do governo, ainda haverá outras discussões, que talvez alguma categoria não esteja sendo beneficiada, atendida, ou outra menos, outra mais. Eu creio que a gente precisa chegar o mais perto, pelo menos, do justo. Eu acho que esse é o caminho, mas de forma clara.

Eu me lembro, Júnior, que quando eu fui Presidente da Câmara, o Deputado Jair estava lá nessa época, Deputado Dr. Neidson, e os servidores queriam entrar em greve, porque queriam um aumento de 30% ou um pouco mais. E eu dizia naquele momento que não era possível, mas eu queria mostrar que não era possível. Falar é uma coisa, mostrar, esclarecer, abrir a discussão é outra. E quando a gente fez isso, eu mostrei os quadros do nosso orçamento, que tínhamos em mãos, de forma escancarada e os servidores entenderam que não era possível chegar nos 30%, chegamos nos 7%, mas de forma transparente. E eu acho que assim que tem que ser e assim que irá acontecer nessa gestão, que eu tenho, que eu acredito, que ela é dessa forma e já mostra claramente essa intenção. Então, aqui vamos iniciar — não é, Presidente Dr. Neidson? —, esses trabalhos. Queria também contribuir com a nossa experiência, como servidor também que sou — sou servidor do Município de Porto Velho — com muito orgulho. Eu gosto do que faço, gosto de servir e hoje estou na função de deputado estadual, graças a Deus. Agradeço a Deus e às pessoas por essa oportunidade. E nossa primeira reunião não poderia ser melhor: de estar na Saúde, de estar discutindo a Saúde aqui na Casa do Povo. Sintam-se à vontade, sintam-se todos bem-vindos e que a gente possa aqui iniciar uma discussão pacífica e, principalmente, produtiva, e que a gente consiga chegar ao melhor caminho para todos nós e principalmente para a população, que é a que mais espera de todos nós. Bom dia a todos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passar a palavra para o Dr. Guilherme Erse.

O SR. GUILHERME ERSE – Meu bom dia a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Dr. Neidson, Deputado Alan,

Deputado Jair e Deputado Chiquinho. Saúdo a todos os membros do governo na pessoa do Senhor Secretário de Saúde, Fernando Máximo, e assim estendo os cumprimentos aos demais. Cumprimento a todos os representantes do Sindicato da classe da Saúde que se fazem presentes.

~A razão da minha rápida fala, Senhor Presidente, é justificar a ausência da Deputada Cassia Muleta que, como todos sabem, reside em Jarú, mas está em Porto Velho hoje — veio no final de semana para cumprir este compromisso, a Assembleia que se abre em pleno recesso —, para dar sequência a esta importante etapa da discussão do seu Plano de Cargos e Salários, matéria extremamente justa e importante, sobretudo neste momento em que atravessamos, mas face a alguns sintomas neste final de semana, inclusive com perda de olfato, a Deputada Cassia Muleta foi hoje cedo recolher sangue para fazer seu exame e aguarda em casa o resultado. Então, pela segurança de todos, optou por permanecer em casa, como é o protocolo. E assim faço essa justificativa, na medida em que ela me pediu que a representasse nesta Sessão, mas não sem antes, Secretário Fernando Máximo, também trazer uma mensagem de fé, esperança e otimismo.

E que desta discussão saia resultados, onde a Assembleia tem esse papel hoje, Deputado Alan Queiroz, como Poder moderador entre o que se deseja e o que é possível, como o senhor bem citou. Mas que tenhamos todos como um norte, sobretudo neste momento em que passamos, um momento de pandemia, um momento de extrema necessidade da garra e da fibra de todos vocês servidores da Saúde. Que o governo tenha a sensibilidade e, por uma questão de justiça, sobretudo com o tempo que se aguarda, que esse Plano de Cargos e Salários se torne uma realidade o quanto antes possível. E a Deputada Cassia Muleta também me pediu que frisasse a questão da insalubridade, novamente com o enfoque ao momento em que passamos, o risco que essas pessoas correm, também por uma questão de justiça a ser implementada como uma garantia, um direito a todos esses servidores. Rogamos a Deus, em nome dos servidores da Casa, pelo pleno restabelecimento da nossa deputada. Parabéns a todos os membros da Comissão pela força de vontade de estar aqui hoje lutando por uma classe que está lutando por todos nós. Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Dr. Neidson, eu cometi uma gafe. Eu queria saudar aqui a nossa Secretária de Planejamento. Bia, desculpe não ter falado contigo. Você sabe da nossa amizade, nosso carinho. Dr. Thiago, meu amigo, nosso Procurador.

(falas aleatórias fora do microfone ininteligíveis)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Cirone Deiró também.

O SR. JAIR MONTES – Oi, Deputado Cirone Deiró, cortou o cabelo. **(fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Alguém do Sindicato quer fazer uso da palavra ou já passamos para a apresentação?

(Orador não identificado) – Vamos ver o Plano. **(fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então vamos ver o Plano. Dr. Fernando, não sei... Quem vai?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Só para a gente nivelar as expectativas, a gente estava tentando fazer conta aqui, se é a 5ª ou a 6ª reunião, assim, a gente está há algum tempo discutimos isso, mas essa é talvez a mais importante delas, não é? Eu queria iniciar saudando o Deputado Dr. Neidson, Presidente desta Comissão; Deputado Alan Queiroz, bem-vindo, bom que se junta a nós nesse esforço de buscar soluções; Deputado Jair Montes, nosso ainda líder do governo, em breve Secretário Geral desta Casa; Deputado Chiquinho da Emater, também parceiro de muitas discussões e conquistas em prol do setor produtivo e, também, de causas dos servidores. E cumprimentar os representantes dos sindicatos aqui, na pessoa da Presidente Célia, do Sindsaúde, a qual cumprimento todos os demais.

Sendo a mais importante, a gente precisa, também, nivelar as expectativas, o que a gente combinou de apresentar hoje aqui. Tivemos as nossas reuniões internas. Ao longo desse ano construímos, junto com a consultoria contratada, a formatação desse Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração. E nesta reunião, após o trabalho feito pela consultoria, as avaliações internas feitas pelo governo, especialmente Secretaria de Planejamento, Secretaria de Finanças, que avaliaram o impacto, a capacidade de o governo absorver os impactos, devolvendo informações para a consultoria formatar o Plano como um todo, o que a Secretaria de Saúde vai apresentar aqui é o resultado final desse trabalho interno feito pelo governo, que já é aquilo que representa a proposta do governo, para que os sindicatos possam finalmente conhecê-la, discuti-la, debatê-la. E estando todas as contribuições absorvidas, tudo pronto, aí, sim, encaminhar para a Assembleia. Lembrando que, como já dissemos em reuniões anteriores, em função da Lei Complementar 173, a vigência desse Plano se dará a partir de janeiro de 2022, por conta das limitações impostas pela legislação.

Então nós temos esse tempo de discussão, mas hoje se conclui um marco, uma etapa importantíssima, que é essa formatação do Plano. Então a gente apresenta o Plano e abre para esse período de discussões. Lembrando que discussões implicam alterações que precisam ser reanalisadas, se acontecer, se não acontecer, estará pronto para ser — a minuta, o PL — encaminhado à Assembleia Legislativa.

Então, só para a gente nivelar as expectativas, saber onde estamos e a partir daí caminharmos juntos nessa construção tão importante para qual a Assembleia Legislativa tem contribuído tanto, não só cedendo esse espaço de conciliação, de entendimento, mas também com o apoio dos deputados naquilo que a gente sabe que for necessário para a tramitação,

para viabilizar esse entendimento, que vai ser uma grande conquista para nós todos. É o que esperamos aqui hoje.

Essa é a palavra inicial. E eu passo para o Secretário Fernando Máximo fazer suas considerações e encaminhar a apresentação.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Gostaria de cumprimentar todos os parlamentares na pessoa do Deputado Dr. Neidson, nosso colega médico; cumprimentar e saudar o Deputado Alan Queiroz, novo na Casa, seja bem-vindo, Deputado. Seja parceiro nosso como esta Casa tem sido a vida toda, mas especialmente nesse período de pandemia. O que a gente tem colocado, aqui, para ser votado, é célere e rápido e a gente consegue os recursos, consegue atender o nosso povo. Deputado Cirone, lá de região de Cacoal, também tem nos ajudado muito, lá; Deputado Jair Montes, Deputado Chiquinho. Cumprimentar todos os representantes dos sindicatos. Cumprimentar os Secretários, o Procurador Dr. Thiago, todos os servidores presentes, todos os servidores da Casa, da Assembleia; a imprensa.

Estamos, aqui, hoje, dia 11 de janeiro de 2021, cumprindo com o compromisso do Governo do Estado de Rondônia, de apresentar o PCCR para os servidores, como nós fizemos a promessa. Fizemos a promessa e estamos cumprindo neste momento, aos trancos e barrancos, com muita dificuldade, porque a guerra da Secretaria de Estado de Saúde não tem sido fácil. Estamos trabalhando dia e noite, o número de casos aumentando muito, o número de internados, o número de óbitos. O trabalho tem sido intenso, os problemas são múltiplos, mas estamos aqui, hoje, 11 de janeiro de 2021 cumprindo o nosso compromisso de apresentar o PCCR.

Vou passar agora a palavra para a nossa servidora Patrícia, que é quem vai fazer a apresentação, aqui, dos diapositivos, daquilo que nós planejamentos com muito carinho, até porque eu sou servidor da Saúde, nós somos servidores da Saúde, nós temos todo o interesse que o PCCR seja o melhor possível.

Por favor, Patrícia, bom dia.

O SR. JAIR MONTES – Só um minutinho. Esse PCCR é aquele elaborado pela empresa que foi contratada?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Bom dia, meu nome é Patrícia, servidora da Secretaria Estadual de Saúde, e vou apresentar para vocês o Plano que foi elaborado pela Fundação Dom Cabral, após intensas negociações com a Secretaria e intervenção da Secretaria de Estado da Saúde. As principais premissas que embasaram o estudo e que foram encaminhadas pela Sesau para a empresa começar a discussão e a elaboração do documento, foi o reajuste salarial, perspectiva de evolução na carreira, implementação da gestão de desempenho, a inclusão da categoria médica no Plano de Cargos da Sesau, e o dimensionamento da força de trabalho.

(Apresentação de Slides)

Os pontos principais que compõem o novo Plano de Cargos são, na primeira parte do Plano:

- "Fundamentos e Conceitos", já contendo a transformação de cargos, que foi uma decisão conjunta Sesau e alguns sindicatos; apontaram sobre a jornada de trabalho;

- "Lotação e Movimentação";

- "Evolução na Carreira" contendo critérios para promoção e progressão.

- "Remuneração". A respeito do item "Remuneração", partimos do princípio que o Governo do Estado concedeu um reajuste de 8% em maio, através da Lei 4.780, e solicitamos à empresa que fizesse projeções a partir do reajuste de 8% mais incorporação de gratificações. Esse capítulo acompanha a tabela que está no anexo. A criação da "Gratificação de Estímulo à Fixação" para profissionais médicos lotados no interior do Estado, que são as unidades de saúde com as quais a gente tem maior dificuldade de contratação e fixação desses profissionais especialistas; e estamos garantindo a manutenção dos auxílios já recebidos.

Principais alterações para o novo Plano de Cargos:

- Foi proposto o ingresso diferenciado. Hoje servidor especialista que entra nos quadros da Secretaria de Estado da Saúde, entra na Classe Inicial, Nível I. A proposta do novo Plano de Cargos é que ele possa já no ingresso, em sendo contratado como especialista, já ser enquadrado como especialista na classe referente a sua formação.

- Possibilidade de mudança de especialidade para as categorias médicas, desde que cumpridos os requisitos propostos no Projeto de Lei.

- E a transformação de cargos. Uma proposta da Secretaria foi transformar os cargos, diversos cargos que nós temos em um cargo. No caso de todos os superiores especialistas na saúde, eles passarão a ser "Técnico Superior Especialista em Saúde". E assim com os demais, considerando escolaridade e salário.

O quadro de transformação de cargos ficou mais ou menos assim, no Projeto de Lei vai estar bem detalhado para vocês. Todos os cargos nível técnico da área da saúde, passará a se chamar "técnico de serviços em saúde". Esses cargos possuem a mesma remuneração e a mesma gratificação. E assim foi feito sucessivamente com todos os outros cargos.

Nível superior especialista em Saúde. Nós temos aí todos os cargos: fisioterapeutas, farmacêuticos, enfermeiros, biomédicos. Eles passarão a se chamar "técnico superior especialista em Saúde".

O SR. CHIQUINHO DA EMATER– Minha amiga, os veterinários estão aí? **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Eles estão em outro quadro, quadro em extinção.

O cirurgião-dentista bucomaxilofacial tem uma especificidade por causa da formação e da gratificação que ele recebe e os médicos. São tabelas separadas.

A parte administrativa operacional também foi alterada. No caso do auxiliar de serviços gerais, permanece o cargo, a gente fez alteração no nome e diminuimos o número de vagas, porque a gente tem muitos serviços contratualizados na Secretaria de Saúde. Então não adiantava ficar com aquele número excessivo de vagas criadas. Diminuimos um pouco o número dessas vagas em função dos serviços contratualizados, tanto de serviços gerais quanto de motoristas. Mas o cargo permanece na ativa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Isso você fez... **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Não, senhor, foi a empresa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Não, tudo bem. Mas vocês fizeram, essa empresa, tantos cargos no Hospital de Cacoal, para Extrema. **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Sim. O Projeto de Lei cita isso. Todas as unidades de saúde terão um número de servidores e a gente vai fazer esse estudo a partir da entrega do produto de dimensionamento da força de trabalho. Esse ato será regulado por decreto.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Setorização você fala. **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Isso. A gente vai fixar número de servidores. Então, para haver movimentação entre as unidades de saúde deverá existir a vaga disponível.

Aqui são os de nível superior não especializada Saúde, passará a se chamar "Técnico Superior Administrativo da Saúde". E assim nós fizemos com todos os cargos.

Esses são os cargos transitórios. Auxiliar de enfermagem passará a se chamar "auxiliar de saúde". Auxiliar de serviço de saúde passará a se chamar "auxiliar de serviços em saúde", praticamente não mudou o nome. Cirurgião-dentista passará a se chamar "cirurgião-dentista da Saúde". Médico veterinário e os cargos de agente administrativo operacional da Saúde. Essa é a proposta da tabela em extinção.

O SR. CIRONE DEIRÓ – É por isso que ela está com esse nome "transitório"? **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Cargos transitórios. **(fora do microfone)**

O SR. CHIQUINHO DA EMATER– Deixa eu perguntar uma coisa para você. Tem alguns funcionários da Saúde...**(ininteligível)** vou dar um exemplo, **(ininteligível)** ela é especialista, mas é da área administrativa, fez um concurso estadual e passou para administrativa e agora passou para ser federal...**(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Houve uma mudança de cargo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Houve uma mudança de cargo, mas ela faz a mesma função... **(ininteligível - fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – Boa pergunta, Deputado. Vai atrapalhar sim. Procurador.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ - Bom dia a todos. Deputado, respondendo ao seu questionamento. Essas mudanças do concurso de 89 em relação a transposição, de fato, nós estamos encontrando junto a União alguns impedimentos, algumas barreiras que a gente está conseguindo transpor. Pelo menos em equiparação de funções do concurso anterior. O que aconteceu, na transposição especificamente? 15 de março de 87, até essa data, o cargo que você ocupava é o que eles estão entendendo. O concurso de 89, como posterior a data, eles meio que desconsideram. Então, esses servidores estão indo à Justiça e alguns estão tendo ganho de causa. Administrativamente, em que pese essa alteração que nós estamos praticando, de efeito prático no entendimento da União vai continuar o mesmo, porque ela entende só até 15 de março de 87. Entendeu?

O SR. ALAN QUEIROZ – Posso aproveitar e fazer uma pergunta também? Esses cargos em transição — foi colocado que estão sendo colocados em extinção — qual foi o intuito? Qual o objetivo, o critério, de você colocar esses cargos em extinção, sendo que são praticamente cargos que dificilmente a gestão irá terceirizar esses serviços? Qual o sentido dessa extinção desses cargos?

A SRA. PATRÍCIA MELO – O primeiro ponto foi os cargos que a gente não contrata mais através de concurso público. A Secretaria de Saúde não tem interesse em fazer novas contratações. A Secretaria de Saúde. Por exemplo, o médico veterinário. Nós não temos nenhum médico veterinário na nossa folha, porque eles são ou da Vigilância de Saúde, que é uma Agência, e deverá fazer o seu próprio concurso público para compor o quadro próprio.

Os outros, a gente não contrata mais cargo de nível auxiliar. Não há mais nem formação para a maioria dos cargos em Saúde. Esse foi mais ou menos o critério que a Secretaria utilizou.

O SR. ALAN QUEIROZ – Mas eu não consegui entender o objetivo disso. Um exemplo: se você não tem interesse em chamar no concurso, não quer dizer que você não precisa estar com ele dentro do seu Plano de Carreira dos servidores. Acho que não tem entendimento. Porque de repente, assim, só para concluir aqui o meu entendimento com relação a isso. Essa gestão, de repente, não tem essa pretensão. Mas esse é um Plano que está sendo apresentado para o futuro. Então, talvez, o próximo gestor ele tenha um entendimento diferente. Agora você extinguir cargos que lá na frente, de repente, possa ser importante para aquele momento, eu acho que não é avanço nenhum com relação a isso. Esse é o meu entendimento.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só para contribuir, Deputado Alan Queiroz, antes de falar, eu quero desejar boas-vindas à Casa, o senhor foi empossado no final do ano. Sei da sua experiência como vereador, como agente público. Vai contribuir muito nesta Casa. Seja muito bem-vindo. Bom dia a todos.

Acho que para contribuir na fala, porque se a Secretaria mantiver o cargo, ela não pode terceirizar esse serviço. Então, a intenção da Secretaria, eu acho que é fazer a terceirização, por exemplo, de vigilante, a terceirização... Eu acho que seria esse o sentido, o Dr. Thiago, o Procurador, pode nos responder. Eu acho que se mantiver o cargo não pode terceirizar, não seria isso? Porque eu passei por isso na Prefeitura. Nós terceirizávamos a coleta de lixo e a gente não poderia mais contratar gari. Porque nós estamos terceirizando, aí como que vai justificar? Então eu acho que seria nesse sentido aí para contribuir. Aí vamos tirar a dúvida aqui do nosso Deputado Alan, por favor.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Observando a tabela dos cargos transitórios, a gente está propondo a extinção, sim, de vigilante — nós não temos vigilante contratado na Secretaria —; não temos nenhum hoje na folha: operador de máquina pesada; oficial de manutenção; datilógrafo. Esses cargos, de fato, se houver, eles estão aposentando ou na folha de inativos. Então, existe a tabela para isso. Eles vão ter suas progressões até a aposentadoria. Eles estão entrando em extinção, não só com a intenção da terceirização, porque nós poderíamos também ter colocado em extinção os cargos de auxiliar de serviços gerais e motorista e a gente...

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só um adendo aqui na sua resposta. Porque na verdade assim, por exemplo, datilógrafo, a gente sabe que não está em operação, isso não existe. Mas, por exemplo, um auxiliar de enfermagem, aí você está transformando esse cargo em técnico? Essa é a pergunta que eu estou fazendo. Mais específico...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Não existe mais formação em auxiliar de enfermagem.

A SRA. PATRÍCIA MELO - Não existe mais formação. As escolas não formam mais auxiliares de enfermagem.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Questão de Ordem, Presidente, se o senhor me permite. Eu sou o Celso, Conselheiro do Conselho Regional de Rondônia. Se me permite, essa divergência no cargo, na atribuição de auxiliar para técnico, ela é totalmente inconstitucional. A Lei 7.498, da Lei do Registro Profissional, nós temos Lei de criação do cargo. É uma legalização, não pode ser alterada. Nós temos uma profissão regulamentada por lei. Não tem legalidade nenhuma em alterar a nomenclatura do cargo, da profissão. Nossa profissão é regulamentada por lei.

A SRA. PATRÍCIA MELO – O cargo que é técnico especialista na área de Saúde, mas vai permanecer enfermeiro.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Enfermeiro é outra coisa. Enfermeiro tem nível superior. Técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem, nível médio. Porém, todas três profissões são regulamentadas pela Lei 7.498/1986. Apenas a Constituição Federal, a alteração da Lei, poderia mudar essa nomenclatura.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ - Esse caso específico, Conselheiro, não está sendo mudado. Aí são cargos que estão sendo colocados em extinção. Ou seja, que a Administração, em razão do seu estudo, da gestão que está sendo feita, entende que não serão mais utilizados. Por exemplo, não serão abertos novos concursos para contratação desse profissional. Como o Deputado falou, mas não é questão de terceirização, é que a Administração, na gestão, na condução dos trabalhos da Secretaria de Saúde, ela entende que esse cargo específico já não atende mais.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Mas hoje nós somos quase 18 mil profissionais de enfermagem no Estado de Rondônia. O grande percentual é o auxiliar de enfermagem. E ainda existe, sim, formação em auxiliar de enfermagem. Ainda existem contratações e formações no curso de auxiliar de enfermagem. Não existe no Estado de Rondônia, mas nós temos transferência de profissionais que vêm de outros Estados que podem adentrar o Estado de Rondônia e transferir o seu registro. Como é que eu vou deixar de registrar um profissional que é formado, ainda hoje, em São Paulo, em auxiliar de enfermagem, ele passou num concurso em Rondônia ou veio para cá, e eu não vou aceitar ele aqui?

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Não. Ninguém está falando que não vai aceitar. A gente vai manter. Está sendo a extinção dentro da Secretaria de Saúde. Isso é o que vocês não estão entendendo. É no nosso ambiente da Secretaria. A gente não está falando fora da Secretaria.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Mas uma lei regulamentada? Extinção de uma profissão regulamentada por lei?

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Não. Isso é um cargo dentro da Secretaria. Eu não estou falando da função, lá da profissão.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Eu entendi.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Então, a Secretaria de Estado de Saúde entende que o auxiliar de enfermagem não mais é necessário para a visão futura que está sendo feita na estrutura da Secretaria. Você está entendendo? O auxiliar de enfermagem que vai ter o curso técnico dele feito em outro Estado, ele pode ser aproveitado na área privada perfeitamente e em outros locais. Mas o Estado de Rondônia entende que será o técnico, o enfermeiro e os profissionais, conforme já relacionado na tabela anterior.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Dr. Thiago, mas nesse caso, eu acho que no caso até dos veterinários...

O SR. GOLBERY PAIXÃO – Por que extinguir função? Nós temos o coronavírus aí e quem cuida da doença... **(ininteligível)** são os veterinários. Por que a gente viu uma situação dessas? A Agevisa, embora seja uma Agência, não tem autonomia financeira, não tem como ficar rica. Então enquanto não houver essa autonomia, não temos que aceitar a extinção do profissional médico veterinário. A mesma situação do auxiliar de enfermagem. Porque embora essa gestão não contrate, mas se vier outro governo vocês não vão contratar. Entendeu?

A função de auxiliar de enfermagem não está extinta. Você vai para fora, não faz um concurso no Estado, mas você vai em São Paulo, no Nordeste, tem os contratos com o auxiliar de enfermagem. **(fala da plateia, fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Secretário Júnior Gonçalves.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Presidente, é o seguinte. Nós estamos apresentando o PCCR. Existe o estudo que foi feito através da Fundação Dom Cabral. O objetivo é uma equalização, então nós estamos falando que vai aumentar, vai ter aumento de salário dentro de um Plano de Carreira, teve que se fazer um estudo, suprimir em alguns cantos para ajustar em outros. Existe esse estudo. Vamos apresentar. E eu acho que é como o Deputado Alan Queiroz colocou, que nós vamos ter, a partir daí, um ambiente de discussão. Nós nem chegamos ao resultado final para se fazer um juízo de valor como um todo. Às vezes nós estamos comendo cru porque ainda não chegamos no final da apresentação. Aí, sim, começam, e é natural, as discussões, as divergências, até chegarmos no ponto de equilíbrio. Então eu gostaria de propor a gente terminar a apresentação.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Se me permite, só complementando aqui a voz do Secretário Júnior Gonçalves, até porque nós estamos aqui num cronograma. O Estado está fazendo a parte dele, está apresentando o produto final. Nós vamos receber esse produto, como ficou combinado aqui, nós vamos analisar e vamos fazer a contraproposta. Essa proposta que está sendo apresentada nós vamos levar para as nossas bases, vamos discutir e, posteriormente, a gente vai apresentar a contraproposta.

O SR. JAIR MONTES – É isso mesmo. Parabéns. Porque o mais importante aqui é o dinheiro. Essa questão de nomenclatura a gente vai se virar. O importante é a grana que vai...

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Não necessariamente, Deputado. Não necessariamente.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Vamos só permitir que a nossa colega faça a apresentação do produto.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA - A gente cumpre o nosso papel, o Estado está cumprindo o dele.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas tem um ponto que vocês têm que anotar, porque se não está afetando a sua categoria, pode estar afetando a outra. Vocês vão ter que estudar isso aí. O que o Deputado Alan falou é muito importante, porque se esse governo atual acha que não seria importante, que quando se coloca cargo em extinção está dizendo o quê? Que não vai mais contratar no concurso público esse profissional. Por isso que está em cargo em extinção.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Não, tranquilo. Eu só acho que esse ponto de discussão não cabe neste momento. A gente tem que absorver a proposta do Estado, levar para nossas bases, discutir e apresentar uma contraproposta. Temos que ser práticos. Até porque o pessoal lá está dependendo do tempo.

O SR. JAIR MONTES – Até porque quem vota é a Assembleia. O governo apresenta, só muda quando a gente votar. Então a gente vai ouvir com calma, depois vamos discutir para ver o que fica bom para o governo e o que fica bom para a área da saúde.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Esse é o ponto, não é? E aí, obviamente, qualquer coisa que tenha um impacto econômico-financeiro a gente leva, reanalisa e vamos chegar ao ponto de equilíbrio.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos dar continuidade à apresentação. Aí os sindicatos já vão anotando as mudanças, depois vão analisar para poder apresentar.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Bom dia, deputados. Bom dia, Secretário-Chefe. Eu até ia sugerir, se o chefe permitir, que fosse juntado no processo judicial — de novo! a gente não pode esquecer, não é, chefe? — Que fosse juntada essa proposta lá no nosso processo que nós temos tramitando, que a gente apresenta a nossa contraproposta lá, também, para que os prazos sejam seguidos à risca de agora para frente.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Só a resposta do governo é a mesma da última vez. Aqui não é o ambiente jurídico, e nós vamos tratar dentro do ambiente político.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Mas eu posso pedir, posso peticionar que o Estado junte lá, para a gente apresentar lá.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Lá nós não vamos discutir. Você pode peticionar, a Procuradoria está aqui para falar juridicamente.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Está aqui para isso, não é?

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Aqui nós conversamos politicamente, institucionalmente.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Tudo bem. Mas aí só ressaltando que a gente vai peticionar isso também, tá, deputado?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos dar continuidade?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Aqui está pequena a letra, não sei se vocês estão visualizando direitinho, mas aqui é a primeira possibilidade da informação dos vencimentos iniciais, da proposta do Estado após análise da equipe econômica. Então, partindo do princípio dos técnicos especialistas em saúde, no caso, só para dar um exemplo, seriam os técnicos de enfermagem, os técnicos de laboratório. Hoje ainda são R\$ 1.258,00?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – 53.

A SRA. PATRÍCIA MELO – R\$ 1.253,29 e a gente, a partir do princípio da implantação dos 8% da Lei mais a incorporação da gratificação, a proposta que foi elaborada pela equipe econômica, e a capacidade financeira-orçamentária do Estado em absorver a remuneração, essa remuneração passaria a R\$ 1.980,00 inicial. Existe uma diferença de 46% de reajuste para essa categoria, proposta do Governo do Estado. Importante

dizer para vocês já agora, que os servidores serão realocados na tabela. A gente vai apresentar a tabela daqui a pouco para vocês. Então, um servidor, hoje, no Plano atual ele é classe C, nível 8, no novo Plano, ele permanecerá classe C nível 8. Ele vai ser posicionado na tabela. Esse ato de posicionamento será publicado pelo Governador do Estado, através de Decreto. A localização dos servidores no Plano de Cargos.

O SR. JAIR MONTES – Esse valor inicial R\$ 1.253,00 vai para R\$ 1.980,00? Aprovado a partir de quando?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Isso. Aprovado a partir de janeiro de 2022.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Fala no microfone.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA - Bom dia. Pela tabela que você apresentou, o salário do técnico de R\$ 1.253,00, a partir dos 8% fica R\$ 1.353,00, - 58? É isso?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Isso. Aí vem a absorção da gratificação da categoria recebe, é 8% mais gratificação, aí dá um valor. A proposta do Estado é maior: 8% mais gratificação daria R\$ 1.592,00. A proposta da equipe econômica, o que o Estado tem condições de absorver e de implantar a partir de janeiro é de R\$ 1.980,00. É maior do que...

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA - Tranquilo... Esses 46% é o valor que vocês vão aumentar o salário?

A SRA. PATRÍCIA MELO – É o valor do que é hoje para o que vai ser em janeiro de 2022.

SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA - Entendi.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Bom, gente, esse é o cargo técnico, técnico especialista. Passando, não sei se vocês observando, vamos falar dos especialistas, os nossos enfermeiros que estão na linha de frente, farmacêutico, fonoaudiólogo. Esse pessoal, o cargo é técnico superior especialista em saúde. Hoje, eles recebem R\$ 2.399,00. Com 8%, incorporando da gratificação da categoria e mais o reajuste concedido pelo Estado, ele passará a receber R\$ 4 mil.

SRA. CÉLIA CAMPOS - Bom dia todos. Só um aparte, Patrícia. Essa gratificação que você está falando, você se refere a que gratificação e a que valor?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Gratificação de atividade específica. Todas as categorias recebem gratificação.

SRA. CÉLIA CAMPOS - Mas a gratificação de atividade específica não faz parte do salário base. Nós estamos falando de vencimento básico. Nós estamos, hoje, com R\$ 1.200,00.

O SR. ALAN QUEIROZ - Está incorporando tudo.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Vai acabar. Ela vai ser incorporada e vai ser extinta. Ela está incorporando.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Para o entendimento, doutora, se você olhar a coluna do meio é o

valor com a incorporação. Na última coluna, é o valor com percentual a mais pós incorporação e pós 8%. E ali é o valor total do aumento com tudo junto. Então, você tem ali bem distinto, bem transparente cada etapa do aumento.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Esses cargos que têm aí, são todos 40 horas ou 20 horas?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Todos os cargos nossos são 40 horas, só o médico que tem a possibilidade de ser contratado pelo horário de 20 horas.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então todas as GAGs e GAEs vão ser incorporadas ao salário?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Tudo vai ser incorporado. A gratificação do bucomaxilo que é uma gratificação diferente, uma gratificação de centro cirúrgico, ela também está sendo incorporada. Por isso que o impacto foi bem, nesse cargo, foi bem maior. A gente teve um impacto de mais de 160% nesse cargo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – A questão do transporte e também alimentação.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Não. Os auxílios serão mantidos, auxílio-transporte, auxílio-saúde e auxílio-alimentação.

O SR. JAIR MONTES – O que dá para notar, quero complementar o seguinte aqui, e é bem claro, está tudo transparente, não está tendo 46%, aquele aumento, mas uma coisa que é a questão de todos é a incorporação. É isso que eu sempre vejo servidor: “eu aposento, e quando aposento eu ganho R\$ 2 mil, mas R\$ 600,00 é de gratificação, R\$ 1.400,00.” Então, o governo está incorporando e dando o reajuste médio, equilibra para o Estado.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Se você colocar o técnico de serviços em saúde, fora toda a incorporação e os 8% é mais de 17,7. Então, ou seja, soma os 46%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – E vale salientar que só quem não está aqui é o auxílio-transporte e o alimentação, que está é torno de quanto hoje?

A SRA. PATRÍCIA MELO – E o auxílio-saúde. Que estão sendo mantidos porque eles são instituídos **(ininteligível)**...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Quanto é hoje? Uns R\$ 500?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Não. Auxílio-alimentação: R\$ 258,00 auxílio-transporte varia em função do mês trabalhado, é pago por dia.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas paga R\$ 256,00 também, não é?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Só registrar a presença do Deputado Ismael Crispin.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Mais ou menos esse valor. E o auxílio-alimentação que a gente recebe R\$ 258,00 o transporte é variável e o de saúde que é R\$ 150,00

A SRA. ANA EMACULADA FONSECA – R\$ 150,00 quando tem o plano, quando não tem é R\$ 100,00. **(fora do microfone)**

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas ficou acertado que vai para 200 e poucos, naquela minuta que a gente aprovou.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Então, continuando. Eu comecei a falar sobre o cirurgião bucomaxilofacial, eles recebem hoje esse valor de R\$ 2.399,00 passará a receber...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – R\$ 2.595,00 e passará para R\$ 6.938,00 **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – R\$ 6.938,00. Um reajuste de mais de 167%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – 167%, para quem? **(fora do microfone)**

A SRA. PATRÍCIA MELO – 167% de reajuste.

O SR. WILLIAN PASCHOALIM DE MELLO – Quantos cirurgiões bucomaxilo têm hoje no Estado? Na Sesau?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Em torno de 20.

O SR. WILLIAN PASCHOALIM DE MELLO – Eu acho que tem muito menos.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Entre 17 e 20. De cabeça eu não recordo, mas o estudo contempla. Em torno de 20 profissionais contratados hoje.

O SR. WILLIAN PASCHOALIM DE MELLO – Está recebendo muito aumento, mas o impacto geral na folha é muito pouco.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Mas assim, está corrigindo uma distorção que existe no cargo. Corrigindo uma distorção. independente se é um cargo ou se é 20. Está corrigindo uma distorção. Tem que ser justo aí. Parabéns, Secretário. Continue aí Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Então gente, para o cargo de médico 20 horas. Hoje o salário inicial é R\$ 4.514,00. Com a correção de mais de 31% da categoria, ele passará a receber R\$ 6.418,00. Temos médicos aqui.

Médicos 40 horas. Hoje, salário inicial: R\$ 9.028,00. Com o reajuste de 31%, mais de 31%, seguindo a mesma linha de 20 horas, contratados de 20 horas, passará a receber R\$ 12.837,00.

O SR. JAIR MONTES – Dr. Fernando, o senhor é médico e médico do Estado, está Secretário de Saúde, é uma revolta ser médico de novo no Estado. Rondônia, com esse Plano que ora apresentam aqui para nós, com as incorporações e mais o reajuste que o Estado está dando, médico, 20 e 40 horas, nós ficamos em que colocação no País hoje, o senhor tem ideia ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Não. Eu não tenho esse dado não Deputado. Eu posso pesquisar para o senhor.

O SR. JAIR MONTES – A gente precisa saber. Para saber quem paga melhor, quem paga pior.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Mas eu ainda acho muito pouco para trazer médico para cá. Está vendo aí a situação da Covid, não tem médico porque paga mal.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – É que tem vários Estados que pagam melhor, mas não é concurso. Você pega São Paulo, por exemplo, não tem mais concurso público, Goiás não tem, Paraná, Santa Catarina é tudo terceirizado. Então, quando você analisa a remuneração final, ganha mais. Só que não tem, a aposentadoria não é integral, não tem licença-prêmio, não tem as garantias que tem o concursado. E a estabilidade também. Então, ganha-se mais, mas é tudo terceirizado. A maioria dos Estados onde ganha-se muito bem é terceirizado.

A SRA. PATRÍCIA MELO – É importante informar a vocês que um dos produtos contratados, o Estado contratou a Fundação Dom Cabral foi a realização de um *benchmarking*. O *benchmarking* é uma pesquisa de mercado. Eu acho que vocês vão recordar que lá atrás, a gente perguntou de vocês quais seriam os Estados que vocês gostariam que fossem pesquisados pela empresa. Vocês apontaram. A gente tentou chegar a uma média entre os Estados. Foi descartado o Estado que paga mais e o que paga menos e a gente tentou trabalhar nesta média remuneração da Região Norte para a gente não concorrer tanto e perder tanto servidores como a gente vem perdendo para os Estados vizinhos.

Bom, continuando. Técnico Administrativo Operacional da Saúde. Essa é a parte administrativa. Esse aqui é o técnico em informática, da parte operacional. Hoje esse profissional, inicial, entrando no Governo hoje, ele recebe R\$ 1.253,29. Com o reajuste de mais de 36% vai para R\$ 1.845,00.

Técnico Superior Administrativo. Aqui entram os Administradores, os Estatísticos, os Economistas, Contadores. Hoje o salário deles é R\$ 2.399,00. Com o reajuste de mais de 47% passará a ser R\$ 3.825,00, já com as incorporações e com o reajuste de 8%. Incorporações, gratificações e o reajuste de 8%.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Doutora, naquela primeira tabela que você mostrou lá no início, que um técnico ganhava mil duzentos e pouco, foi pra R\$1.980,00 não é? Teve um aumento de 46%. Eu acho que nesses casos de R\$1.200,00 deveria ter um aumento de 46% para todo mundo igual, porque são, realmente, o mesmo nível. Senão fica disparidade, não é? Esses técnicos de informática são muito importantes, porque é o que informa para o Ministério da Saúde, que faz produzir dinheiro.

A SRA. PATRÍCIA MELO – É verdade. Nós tentamos valorizar todas as categorias. Mas, como a Secretaria de Saúde é uma Secretaria finalística e a nossa função é a valorização da assistência, a valorização do profissional que está direto na assistência, nós tentamos manter uma diferença salarial entre quem é da área da Saúde e quem não é.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu te digo isso com experiência de quem foi Prefeito. A gente perdia muitos dados por essa questão de querer pagar menos para os técnicos de informática que trabalham os dados para o Ministério da Saúde, aí terminava perdendo muito dinheiro. Nós temos que avaliar isso, porque é importante para o Estado e é um Plano que vai estar aí por muito, muitotempo.

O SR. JAIR MONTES – É importante. O Sindicato vai pontuando, com certeza. E, na fase final da votação, a gente vê o impacto que vai dar nisso e a gente pode equilibrar também para ajudá-lo.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – E foi feita uma fundamentação com relação a essa porcentagem diferenciada para cada um, uma proposta? Tem essa fundamentação explicando especificamente?

A SRA. PATRÍCIA MELO – A fundamentação, basicamente, é a análise do *benchmarking*, comparação da remuneração média da região e as incorporações das gratificações, que são diferentes para todas as categorias. Por isso que ficou diferente para todo mundo. Não foi um aumento linear.

O SR. WILLIAM PASCHOALIM DE MELLO – Isso. Lembrando que é por priorização, como ela falou. Não há conta e quem não está diretamente ligado à Assistência de Saúde. Então, é questão de priorização. Mas, claro, fica a critério pode tirar da ponta e trazer para cá. É uma engenharia, um recurso único. Então, fica...

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – É porque hoje o cenário favorece o nosso pessoal.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Bom, esse é o quadro dos cargos transitórios. Aqui poderia haver uma diferença entre a incorporação da gratificação e os 8%. Eles não iriam, na proposta do governo, eles não iriam receber o valor somado. Só que o Estado já está preparado. Ele vai receber, mas vai receber considerando um adicional de irredutibilidade. Então, o vencimento dele vai ficar menor do que seria, mas ele vai receber um adicional de irredutibilidade salarial, que é para compor essa perda e para ele não ter prejuízo. A intenção da gestão estadual é que não haja prejuízo para nenhuma categoria.

A apresentação dos slides acabou. Agora a gente vai passar a análise do Projeto de Lei. **(Encerra a apresentação de Slides)**

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Que virou uma complementação para chegar no salário mínimo. Porque está abaixo do mínimo. Tem uma gratificação a mais para poder complementar para ficar, pelo menos, igual do salário mínimo.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Tinha como colocar a última tabela, Patrícia?

A SRA. PATRÍCIA MELO – Eu estou tentando, mas eu sou...

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – É só para ver. Eu achei um absurdo o salário do auxiliar de enfermagem, mas vamos ver, porque eu acho que me confundi. Não é possível.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Se vai pagar igual, porque não incorpora logo?

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Já que vai extinguir a gratificação, ele coloca menos que o salário mínimo e mais uma gratificação que está criando, se vai ser extinto. Vai extinguir um, já estão criando o outro para complementar. Que é a de R\$953,00.

O SR. CIRONE DEIRÓ – O Auxiliar de Saúde ali vai passar para R\$1.219,00, é isso?

A SRA. PATRÍCIA MELO – O valor final do cargo auxiliar de enfermagem vai ficar R\$1.219,00 já com o complemento do adicional de irredutibilidade. Vai equiparar. Ele vai chegar nesse valor. Não vai ficar abaixo do salário mínimo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Aí não vai ter como apresentar para o governo. Esse é o problema.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Esse aí é um dos pontos que vai ter que ser discutido, viu, Deputado? Porque nessa condição aí não dá.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Bom, Secretário, isso vai ser encaminhado para o e-mail dos Sindicatos, é isso? O projeto completo. Vão entregar hoje ou vão encaminhar para o e-mail?

O SR. JAIR MONTES – Encaminhar já o estudo.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Sim. Vão?

O SR. JAIR MONTES – Mas, assim, eu já vejo um grande avanço, porque já não vi tanta chiadeira, então eu creio que a gente consiga, com certeza, chegar no equilíbrio.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – É porque, na realidade, deputado, nós estamos ouvindo a apresentação. Nós temos um questionamento de 90% apenas.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Eu quero pedir o seguinte, um prazo para os sindicatos, para que a gente...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Célia, pode falar.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Como vai ser encaminhado tudo isso para o e-mail dos sindicatos para conhecimento, seria bom um prazo para que os sindicatos estudem esse Plano, se inteirem verdadeiramente sobre o conteúdo dele e um prazo para que a gente venha discutir posteriormente todo o conteúdo dele.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Eu acho que isso já foi até discutido aqui. Se não me falha a memória, Dr. Luís Fernando, na reunião anterior, quando nós cobramos esse prazo ele falou: “o prazo é de vocês. Vocês vão fazer a análise que tem que fazer e vão apresentar uma contraproposta.”. Então, assim, mais do que nunca — viu, Célia —, mais do que

nunca, a nossa responsabilidade aqui dobrou. Porque nós temos que levar um produto apresentável para nossos servidores, nós temos que ouvir nossos servidores, porque cada um tem um anseio, certo? A gente não vai tumultuar a situação, mas a gente tem que sair com um produto razoável para todo mundo. Então, assim, o principal neste momento: recebemos, como falei anteriormente, levamos para nossas bases, discutimos com nossos peritos e a gente apresenta para o Estado novamente.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Partimos agora para a leitura do texto.

O SR. JAIR MONTES – Precisa? **(fora do microfone)**

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Secretário Júnior Gonçalves.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Presidente, eu gostaria de propor o seguinte. Eu acho que o projeto está apresentado. A essência dele, do que é. Eu acho que o governo, dentro do que é razoável, dentro das nossas tratativas, dia 11, reafirmo, estamos cumprindo com nosso prazo, apresentando no dia 11 o estudo do PCCR para os sindicatos. Agora é uma análise que os sindicatos devem fazer. O que é importante trazer como essência, não sendo redundante: tem um estudo de impacto. Esse é o impacto que o Governo do Estado suporta, de maneira econômico-financeiro, dentro de tudo que nós temos de enfrentamento futuro em cima do déficit do Iperon, em cima de várias coisas, para manter o equilíbrio e os pagamentos de folha em dia. Então, dentro deste impacto financeiro nós temos a flexibilização para trabalhar o interno, desde que não nos gere maior impacto. Então é muito importante trazer dentro dos estudos, vocês também buscarem esse equilíbrio, para não chegarmos e termos que fazer uma discussão muito maior, porque traz um impacto geral muito grande. Então só para trazer como equalização.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Só, gostaria de registrar, deputado, que fosse disponibilizada também essa dinâmica que foi utilizada para chegar nesse produto final. Porque para a gente ter acesso a essa dinâmica para também fazer os nossos estudos.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Sim. E o impacto geral vai estar demonstrado e aí a gente já sabe.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Essa metodologia, no caso, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – Lembrando, Charles, que essa metodologia se baseia principalmente em simulações na folha. A gente pega os cargos existentes... Porque tem muitas situações individuais que têm que ser contempladas. Então numa planilha de excel a gente não consegue resumir. A gente pode fazer um impacto aproximado por categoria, para vocês terem isso como base para discussão, mas a gente vai precisar rodar a simulação novamente para confirmar o impacto efetivo.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Tranquilo, Secretário. Isso aí a gente tem conhecimento.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Enfermeiro Celso.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Gostaria só de deixar registrado essas questões de impacto, que fique nos anais da Casa, que hoje o maior impacto, 1/3 dos registros globais da Covid, 1/3 da população que veio a falecer é da enfermagem; 1/3 de todos os profissionais, de toda população que veio a falecer por esta pandemia, este enfrentamento, são profissionais de enfermagem. E uma das maiores categorias. E que estão na linha de frente, não desmerecendo nenhuma outra da Saúde, porque até mesmo o lixo do hospital tem a sua importância. Esses dias nós tivemos um problema disso. Não estou aqui desmerecendo nenhuma. Mas quem está na linha de frente hoje, que estão sofrendo, falecendo, são os profissionais de enfermagem, diretamente, o grande maior quantitativo, e que está sendo o menor beneficiário. Que fique registrada essa consciência, que todos nós precisamos desses profissionais. E nós temos Estados oferecendo valores duas ou três vezes maiores que isso para profissionais e não estão encontrando. Porque hoje para morrer não tem preço. Se me oferecerem R\$ 100 mil para poder morrer, eu não quero. Eu prefiro ficar sem dinheiro, mas vivo. Agora o profissional está sendo valorizado. Nós estamos passando por uma pandemia. Não sabemos quando vai acabar. Então, vamos botar a mão na consciência. Vamos valorizar esse profissional que tem 40 anos, 30 de hospital.

Hoje, a enfermagem está adoecendo. Nós temos profissionais, hoje, com deficiência, a psiquiatria, hoje, está com profissionais de enfermagem. As dificuldades da enfermagem, hoje, que cuida de todos e qualquer paciente. Não que o médico não cuide, ele passa, visita e prescreve. O Dr. Fernando está aqui, Vossa Excelência é médico, mas, quem cuida na assistência é o auxiliar, o técnico e o enfermeiro. e:

O SR. JAIR MONTES - Eu quero aqui fazer, de público, um elogio ao Governador Marcos Rocha. Quando começamos a fazer, ouvir sindicatos, ouvi muitos no meu gabinete, vários profissionais da Saúde. Quero parabenizar, aqui, de pronto, o Deputado Fúria que hoje é prefeito. Teve uma importância muito grande nesta Comissão de Saúde, como o Deputado Dr. Neidson e todos que participaram. Mas, em especial, ao Fúria que hoje não está mais aqui, merecidamente e fica o mérito aqui, enquanto pessoa. Eu falava, eu ouvia ele perguntar: "Dr. Charles, há quanto tempo a Saúde espera por isso?". Então, você teve governos truculentos que nem atendiam a Saúde, faz greve, vai para a Justiça... **(ininteligível)** (...)que vocês voltam a trabalhar. E eu falava para o Charles e falava para muitos sindicatos, este é o momento de vocês terem avanços no Estado com o Coronel Marcos Rocha, que é servidor público, que é um coronel reformado, já é aposentado, mas é servidor público. Secretário de Saúde é servidor público. Júnior Gonçalves não é servidor público, mas sabe o que é isso. O Luís Fernando é servidor público, Thiago é servidor público. Eu não sei se a Bia é servidora pública, também é servidora pública. E a Assembleia está muito, e quando você fala, a Assembleia, esta Legislatura — da qual eu faço parte— tem um carinho especial pelo servidor. E também pela Saúde, mais do que nunca, porque quantos da Saúde salvaram pessoas próximas de nós. Só não conseguiram salvar aqueles porque

foi impossível de salvar. Mas a Saúde demonstrou a sua força de enfrentamento à Covid. Então, o senhor pode ficar tranquilo, e aquilo que o senhor Charles falou, essa é a proposta iniciou por que não tínhamos nem EPI, e graças a Deus está aí. Hoje temos um Plano, por mais capenga que ele esteja, nós temos um Plano, temos uma linha, um caminho e agora nós vamos tentar, todos nós juntos, de maneira racional, aperfeiçoar, chegar num equilíbrio, que tanto queremos. E eu peço a Deus, que vamos conseguir isso, porque é um sonho. Quantos, aqui, tem 10, 20, 30 anos de Saúde e nunca imaginavam quer isso fosse chegar. E como vocês, tem o policial penal hoje, coitado, busque o que vocês estão buscando. Tem a Sedam, tem o Idaron, tem outros e outros. Busquem o que vocês buscando e estão conseguindo. E vai começar por vocês a abertura do servidor público em geral, porque nós temos que contemplar a todos. Mas, nesse momento, nós estamos dando aqui a esperança e também o reconhecimento a quem está enfrentando mesmo esta pandemia que se instalou, aqui, no Estado de Rondônia.

Então, com certeza, leve o meu abraço, o meu muito obrigado em nome da Assembleia ao Governador Marcos Rocha, porque eu sei que ele também quer isso, não só na Saúde, mas em todas as categorias, mas a Saúde é prioridade do governo com a Secretaria de Saúde. Eu tenho certeza, aquilo que eu falo, o Plano está no caminho, então, está tudo certo. Faltam uns ajustes. E ajustes vai fazer os sindicatos com os servidores, e com certeza, e com fé em Deus, vamos chegar num denominador comum. E eu quero, aqui, ter a honra de votar nesta Casa esse Plano, esse PCCR da Saúde.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – ok.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu faço, aqui, minhas palavras, as palavras do Deputado Jair Montes em relação à determinação do Governo Marcos Rocha, que está atendendo a categoria. Nós sabemos que a categoria tem feito muito pelo Estado, até com deficiência de infraestrutura, muitas vezes, se dobrando para prestar um grande serviço. Estamos passando por um momento difícil. Mas, o governo também precisa ter a responsabilidade quando você se refere ao atendimento do Covid, é um atendimento momentâneo. Sabe, que este Estado está oferecendo esses recursos, porque aqui, nós estamos tratando de vocês como concursados. Então, isso vai refletir lá na frente também. Nós não podemos pegar um momento desses e dar um aumento, "ah, está faltando gente, vamos passar o salário de mil para dois mil, para três mil..." e a responsabilidade do governo, com o futuro disso, vai ter condições de absorver todo esse impacto? Então, eu acho que é essa responsabilidade que o governo está tendo. Se nós tivermos alguma coisa que nós podemos fazer diferente, no momento da pandemia, aí poderá ser feito um estudo em relação à pandemia. Porque, nós aqui, estamos tratando de um Plano de Carreira que será um Plano eternizado. Então, nós temos que ver todo esse momento, e eu acho que essa é a preocupação do governo: dar esse primeiro passo, avançar.

Eu acho que algumas coisas, devem ser, sim, ajustadas em concordância com vocês que são servidores da Saúde e trabalhar junto com os sindicatos. Mas, a gente precisa ver essa responsabilidade também de não comprometer todo o Estado, e lá na frente, não ter condições de estar pagando o nosso servidor.

Então, acho que são dois momentos distintos: o momento da pandemia e o momento do Plano de Carreira, que é um Plano que se perpetua dentro da Secretaria, independente da situação de pandemia ou não pandemia. São só essas as considerações.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Chiquinho.

O SR. ALAN QUEIROZ - Eu queria só pegar um gancho aqui do Deputado Cirone, se Vossa Excelência me permitir.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – ok.

O SR. ALAN QUEIROZ - De fato, Deputado, Vossa Excelência tocou num ponto, acho que, crucial dessa discussão. Uma separação: Plano e o momento. E aqui, eu quero pegar a fala do nosso Conselheiro, que acho que é importante nós levantarmos essa discussão também nesse momento. Primeiro, louvável o que a gestão está apresentando a todos nós aqui. Quem é gestor, quem lida com isso, com folha, com gargalo, sabe que o avanço foi gigantesco. Você tirar um gasto que você utiliza recurso específico, ou seja, de investimentos em gratificações, jogar para dentro de pessoal, gente, eu digo aqui, parabéns ao governo. Pouquíssimos fazem isso, outros achariam outras alternativas mantendo a gratificação ou aumentando gratificações. Mas trazer para dentro do salário, gente, só isso aqui para mim hoje, eu estou muito feliz com esta reunião aqui. Lógico que tem situações pontuais que a gente precisa melhorar, ajustar, mas eu acho que esse é um grande ganho para todos os servidores. É um grande momento para o servidor público do Estado de Rondônia que vai ter o seu salário base, de fato, aquilo que é merecido.

Então, eu quero parabenizar. E aproveitar aqui, Deputado Cirone, Vossa Excelência tocou em um ponto chave. E pedir ao Governo exatamente isso. Que a gente possa, a partir disso que está apresentado, que é o fôlego financeiro-orçamentário que o Estado tem, mas que a gente possa também utilizar dessa discussão e do momento de pandemia para que a gente pegue esses setores, os técnicos que talvez não tenham sido tão bem agora atingidos ou contemplados, que a gente possa também agora começar a pensar para frente. Vamos criar uma gratificação, de repente, para essas pessoas, para que lá na frente a gente possa também estar nesse momento de estar trazendo para ser incorporado lá na frente. Eu acho que vale a pena, Júnior, aqui essa discussão. O Estado chegou de repente, talvez esse é o limite, talvez próximo disso vai ter algum contraponto que possa melhorar ou mexer alguma coisa, mas que a gente possa também junto a isso, pensar em algo diferente para a pandemia, para a questão emergente que está agora, para essas pessoas que estão lá na ponta, que merecem, sem sombras de dúvidas, um salário muito maior do que o que foi apresentado hoje aqui.

Então esse aqui é o pedido ao governo. E mais uma vez externando aqui os nossos parabéns pela apresentação aqui muito positiva hoje do PCCR do Estado de Rondônia.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero também, na mesma linha do Deputado Jair, do Deputado Cirone, do Deputado Alan, Fernando e Júnior, eu acho que, Luís Fernando que é o dono da chave do recurso, é o que abre o cofre, mais a nossa Secretária e mais o nosso Procurador. Eu fico muito feliz Júnior, porque você sabe, isso começou em 2019, passamos 2020 e hoje, 2021, a gente está com um Plano que eu não vou dizer que seja o ideal, mas é o que se pôde fazer. E é um Plano, eu entendo que tivemos muitos avanços. Muitos avanços mesmo. Algumas coisinhas pequenas que dá para se rever, mas muito pequeno o ajuste que tem aí, que não vai trazer mais impacto, Fernando, que é o caso daqueles agentes de serviços de informática, que dá para se fazer sem ter aumento, você já vai pagar igual. Mas de agradecimento, Júnior. Eu saio daqui feliz hoje, uma reunião altamente produtiva.

E eu quero agradecer a vocês da Saúde pelo trabalho de vocês, não só de agora, não só da Covid, mas de sempre. Sempre vocês atenderam bem o Estado de Rondônia. Sempre, a Saúde de Rondônia é um exemplo, mesmo com suas dificuldades, mas tem atendido dentro das suas possibilidades. Vocês como funcionários a gente só tem que agradecer a vocês por tudo o que vocês fizeram e fazem sempre. E eu fico muito feliz Deputado Alan, porque você incorporar aquelas gratificações que não iam levar para a sua aposentadoria, que é o período em que você mais precisa de dinheiro é quando você chega na velhice e precisa comprar remédio e muitas vezes não tem dinheiro porque ganha pouco, então isso é muito importante. Então, vocês levem para os colegas de vocês que os avanços foram grandes e que o Governo Marcos Rocha está de parabéns pela determinação de todos vocês e a Assembleia está feliz em ver um Plano desses que vai ter muitos avanços para todos nós.

Analise com inteligência e vamos ser práticos e rápidos para nós aprovarmos o mais rápido possível.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Deputado Alan, pela Ordem. A diretoria do sindicato pediu só para eu ressaltar novamente, eu já tinha falado no início para o chefe. O que acontece? Foi apresentado, vamos analisar, os sindicatos vão analisar. Só que assim, existe a Lei Complementar 173 e nós não precisamos ficar dependendo dela. Porque, volto a ressaltar isso, nós temos um processo judicial tramitando já, foi feito um acordo com o sindicato de cumprir esse Plano há 8 anos. Então a Lei 173, no § 8, inciso VI, diz que quando se tem uma sentença, um acordo homologado antes da 173, então a gente não precisa ficar dependendo dela para que seja implantado apenas em 2022. É isso o que eu teimo desde as primeiras reuniões, foi o que eu pedi, o chefe já disse que não concorda, “sim, nós vamos peticionar”. Por quê? Se esse plano fosse apresentado lá no processo, faríamos a nossa contraproposta lá no processo e não dependeríamos da 173, porque nós já temos um acordo

anterior a pandemia. Veja, isso vem desde 2012, não é de agora.

Então, eu só queria deixar claro isso: nós vamos peticionar assim mesmo. Mesmo que apresente proposta aqui, nós vamos peticionar. Vamos pedir que esse Plano seja apresentado lá no processo. A nossa contraproposta vai ser apresentada aqui e lá também. Então, eu só estou passando isso para que o Deputado tenha conhecimento.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Só uma Questão de Ordem aqui. Para entender, Deputado Alan, a senhora está falando juridicamente. Mas, para o governo colocar uma proposta dessa dentro do processo jurídico, primeiro tem que passar pela Casa, tem que passar pelo crivo dos deputados. Acho que o segundo momento...

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Essa proposta não faz parte deste acordo e desta tratativa de 2015.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Só que assim, Deputado, se nós tivéssemos uma determinação judicial para que isso seja cumprido esse ano, nós não dependeríamos que fosse só em 2022. É isso que eu estou querendo ressaltar.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Mas teria que ter essa determinação judicial, porque o governo não pode colocar uma proposta para vocês sem passar pela Casa.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Sim, sim. Mas justamente nesse processo, o Plano de Cargos e Carreiras, ele foi enviado aqui para a Assembleia em 2014 e foi retirado pelo antigo governo. Então, nós já temos esse acordo anterior à pandemia. Então, eu só quis passar isso. Claro, nós vamos aguardar aqui, certo? Mas eu quero que o senhor tenha conhecimento.

O SR. ALAN QUEIROZ – Ok. Só antes de passar a palavra, eu queria só dizer que vai ser atendido o encaminhamento, só que eu quero, assim, contribuir. Acho que quando a gente leva a questão sempre para a área jurídica, ela atrapalha muito a construção política.

Eu quero deixar registrado também aqui o lado político de dizer que a gente está observando aqui que todo mundo está sentando na mesma mesa, discutindo, abrindo. A realidade talvez seja diferente. Eu não estava lá naquela primeira discussão, que levou isso ao jurídico. Eu acho que precisa, de repente, ser repensado por vocês se esse debate político que estamos traçando aqui não atingiu, aí sim, pensa no jurídico. Mas vamos desarmar nesse primeiro momento isso. Se não contemplou, vamos para o jurídico, mas aqui eu acho que não é momento para isso.

O SR. JAIR MONTES – Eu tenho até uma experiência minha. Eu fui viajar e, voltando para casa, o avião me ligou, me mandou ir para o hotel e eu pagando tudo, eles não iam para nada – a TAM. Eu fui, entrei judicialmente, fiz a audiência, a TAM me ofereceu 6 mil, não aceitei. Recorri, foi para o juízo. O juiz ontem, na semana passada, chegou o resultado. Minha filha é advogada e falou: "pai, chegou o resultado". Eu falei: "o que foi?" "O juiz falou que você não tem direito a nada, nós

estamos na pandemia." Para que serviu então eu levar adiante? A minha sorte é que eu tinha dado para trás e tinha feito um acordo. Só estou colocando aqui. Esse exemplo que eu quero colocar... Sem dúvida, vocês estão lutando por muito tempo para isso, mas a gente tem que ter muita sabedoria, hoje, porque hoje nós estamos numa construção administrativa, que é a Assembleia que dá o aval. E a Assembleia só vai dar o aval quando o sindicato falar assim: "opa, não ficou 1000%, mas dá para fazer, dá para votar." O Governador "dá para votar" também. Aí está ok. Então, nós vamos votar. Porque até agora não tem nada. Tem um Plano, um Projeto. Não tem nada. Então, a gente tem que ter muito cuidado para a gente não desconstruir aquilo que a gente construiu. Só isso.

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Claro. Só que assim, Deputado, eu entendo tudo isso que o senhor está dizendo. Só que os servidores têm que ser recompensados por esses desde 2012. Então, lá, Deputado Alan, Deputado Jair Montes, nós temos uma multa por esse descumprimento do Estado todos esses anos. Agora, hoje sim, o Estado veio, apresentou. Só que os anos que passaram? E esses anos todos que os servidores ficaram sofrendo? Eles têm que ter uma compensação nisso aí. E nesse processo nós temos uma multa que foi executada, certo? Então, é só isso que eu queria deixar claro: tem que ter essa compensação.

A SRA. ANA EMACULADA FONSECA – É só sobre a leitura do Plano de Cargos e Carreira, que ela iria fazer, mas achou melhor, por bem, não. Eu gostaria realmente que fosse lido, mas já que todo mundo não quer, tudo bem.

Eu só queria que, aproveitando a fala do Deputado Alan, na hora que ele falou "momentaneamente" eu, sinceramente, gostaria de contar com a sensibilidade do governo e ressaltar e essa aqui é uma coisa que eu já gosto muito, que já veio até antes do outro governo, uma isonomia em dois auxílios: que é o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde, que vocês fazem, e o auxílio-covid. Sinceramente, eu acho que poderia... Eu queria saber se nesse Plano, se nessa leitura que ela iria fazer se vai ter algum aumento nesses auxílios.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Não, nesse Plano, não. Nós estamos falando...

A SRA. ANA EMACULADA FONSECA – Porque, assim, esses auxílios fazem parte do salário.

A SRA. PATRÍCIA MELO – Nós estamos garantindo no Plano, um novo Projeto de Lei que os auxílios que existem hoje permaneçam, vão ser mantidos. Como eles são instituídos por leis distintas...

O SR. ALAN QUEIROZ – Permaneçam nessa gestão. O futuro a Deus pertence. Porque qualquer gestor pode retirar.

A SRA. ANA EMACULADA FONSECA – Sim. É isso que estou tentando expressar para vocês. Momentaneamente nós estamos passando por uma pandemia. Nós, da Saúde, estamos na linha de frente. Eu queria saber se além dessa situação que já estão com o PCCR, com esse estudo entregue para a

gente agora, se foi incluso algum aumento no auxílio-alimentação, no auxílio-saúde, no auxílio-covid.

O SR. JAIR MONTES – Existe um projeto na Casa, mas o governo retirou, o governo pediu a retirada, os deputados não quiseram votar porque no auxílio-saúde, se eu não me engano eram R\$ 220,00, é isso?

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Não. R\$ 75,00.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – Existe uma proposta, que ainda está na Casa, de R\$ 150,00 para R\$ 230,00.

O SR. JAIR MONTES – Mas assim, R\$ 230,00 para quem apresentar plano de saúde.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Para quem tem plano de saúde. Quem não tem...

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – É um ressarcimento.

O SR. JAIR MONTES – Quem não tem, não ganha nem aqueles R\$ 150,00. E alguns deputados propuseram que o governo contratasse uma empresa de plano de saúde, que era melhor do que dar dinheiro. Melhor! Contrata uma empresa por R\$ 300,00, pega todos os servidores, faz a proposta. Não o plano, pega o dinheiro e dá em plano. Precisa de um plano.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Concorde plenamente.

O SR. JAIR MONTES – Melhor, melhor, porque, olha, infelizmente tem servidor que ganha R\$ 150,00, é isso? Ele vai lá, faz um plano odontológico de R\$ 50,00 e pega R\$ 100,00 para o bolso. E quando adoecer, ele vai lá para o João Paulo. Então não vale a pena.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Exatamente. Muito bem.

O SR. JAIR MONTES – Eu acho que o auxílio-saúde é para atender o servidor que está doente. Se ele não pode ir para o João Paulo, ele vai lá para a Unimed, vai para Ameron, vai lá não sei para onde. Vai ser atendido de maneira como o deputado é atendido. Pelo menos isso.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Muito obrigada.

O SR. JAIR MONTES – Então, eu apresentei essa contraproposta ao Secretário: Secretário, pega esse valor de R\$ 220,00, veja uma empresa, licita uma empresa que vá cobrar, e ache uma empresa de R\$ 280,00, R\$ 250,00 um plano de saúde para o servidor. Se o servidor conseguir colocar mais uma pessoa no contrato, melhor ainda.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Um dependente.

O SR. JAIR MONTES – Você gera 50 mil servidores e vai para 100 mil pessoas. Então, está sendo estudado pelo Secretário de Finanças.

A SRA. ANA EMACULADA L. FONSECA – Parabéns. Tem previsão, Secretário, para isso? Tem esse estudo?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – Essa possibilidade está sendo avaliada, até porque, por R\$ 230,00 encontrar uma empresa, considerando a faixa etária dos servidores, que faça a cobertura ampla não é uma tarefa simples. Mas a gente está sondando.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Só para eu complementar. Eu estive até em Brasília, na sede da GEAP (Grupo Executivo de Assistência Patronal), tentando conversar sobre isso. Não evoluiu, ainda, a conversa porque a gente está dependendo aqui de acertos internos, mas...

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Dr. Franco.

O SR. FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ – Bom dia, Excelência. Em nome do Deputado Dr. Neidson, eu cumprimento a Mesa, bem-vindo, deputado, por esta Casa. Bom, eu, nessa função de advogado, muitas vezes eu fui muito crítico com o Estado e hoje eu devo reconhecer o avanço para os servidores esse plano, mas se deve muito a esta Comissão. O Deputado Dr. Neidson sempre nos recebeu lá; hoje não está mais aqui o Deputado Fúria, e eu tenho certeza de que esses mais de 8 mil servidores vão também reconhecer o trabalho desta Comissão. Neste momento tem uns 100, 200 grupos de *whatsapp* esperando a resposta da Comissão. E eu tenho certeza de que o Sindicato vai saber levar o nome da Comissão para esta base porque esse avanço, essa luta de mais de um ano, como o deputado falou, a gente não deixa de reconhecer a boa vontade do Governador em abrir essa possibilidade, mas a intervenção desta Comissão foi muito fundamental. E os servidores fazem questão — pelo menos os Sindicatos que eu represento — de reconhecer esse trabalho. Em alguns momentos tensionou, porque é natural. Essa relação, Sindicato/Governo tensiona em alguns momentos, mas os servidores sabem também reconhecer quando o serviço público, o Executivo, o Legislativo fazem sua parte.

Então, eu só queria registrar o reconhecimento ao trabalho do Governo do Estado, trazendo, cumprindo esse prazo que se comprometeu e o reconhecimento à Comissão. Esta Casa...

O SR. JAIR MONTES – Eu quero aqui... A gente fica até feliz porque político só apanha. Obrigado, também, porque eu faço parte da Comissão. E, infelizmente, tem algumas pessoas querendo acabar, terminar com os sindicatos. Isso é prova de que o sindicato é importante para este País, porque através de vocês, a massa toda que vocês..., não tem como estar aqui 10 mil servidores. Então, vocês representam os servidores, com toda honestidade. Daqui vão levar a proposta e a proposta será de volta encaminhada, e com aval dos servidores para passar pela Assembleia. E político vive de voto, e se me reconhecerem, me derem 20% da Saúde de voto em 2022, eu estou feliz. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de Ordem, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Com a palavra para o Celso e depois para o...

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de Ordem.

O SR. CELSO ROGÉRIO DE ARAÚJO – Se me permite, eu gostaria de fazer minha finalização, agradecendo, sim, a esta Casa de Leis, aos parlamentares que estão aqui. Nos perdoem por alguma fala inapropriada. É uma questão de descrédito, porque a Saúde já vem sofrendo muito. Ao lado do Governo do Estado, muito obrigado por nos receber. Nós já temos uma certa dificuldade, porque a nossa categoria sofre demais, e às vezes, a gente briga por situações que nós estamos fazendo juntos. Então, agradeço por nos ouvir, por tentar chegar a um consenso, porque esta Comissão é muito importante, apesar de que já foram feitas várias outras, mas nenhuma deu andamento. Então, esse descrédito existe. Por isso, às vezes, nós viemos armados com a situação, mas nós não temos interesse nenhum — quero que fique bem claro e registrado — que os servidores públicos, eu vou responder como enfermeiro do Estado de Rondônia, não tem interesse nenhum de fazer nenhuma greve, nenhuma paralisação e mobilização. Nós não gostamos disso. Principalmente num período de pandemia. Nós temos um juramento, um compromisso com a população, com nossos familiares. Nós não gostamos de fazer greve, mobilização na frente de hospital, na porta de Assembleia Legislativa. Infelizmente, o governo promete, senta e não executa. O que não é o caso desse. Eu creio que nós vamos chegar a um consenso. Por quê? Porque nós temos, hoje, na Casa de Leis um médico que frequenta o João Paulo II. Profissionais da Saúde, Secretário de Saúde que é de dentro do João Paulo II; profissionais da gestão que conhecem a realidade da Saúde, que estão tentando mudar. Mas nós também tivemos outras situações. Então nos perdoe, nós acreditamos em vocês. Nos ajudem. Vamos executar. E podemos, também, deputados, saindo desta Casa de Leis, com um plano. Um plano de redução de carga horária, com as 30 horas, quem sabe! Foi executado pelos municípios. Nós podemos gerar aqui. Nos ajudem nessa situação. Meu muito obrigado. Eu peço desculpa.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Um aparte, Presidente. Só que, antes de finalizar a reunião, eu quero primeiramente parabenizar todos os funcionários da Saúde pelo enfrentamento à pandemia. Está sendo repetitivo, mas a gente não pode deixar de ter gratidão no coração por aquilo que vocês fazem. Uns arriscando a vida, aqui nós temos o exemplo de vários enfermeiros que foram a óbito e leve a nossa gratidão a todos servidores da Saúde. Esta Casa aqui, terá o compromisso, sim, de votar esse projeto que governo mandou, com muita responsabilidade. Ficam aqui os nossos agradecimentos à Casa Civil, ao Governador Marcos Rocha, em seu nome, Júnior, Dr. Luís Fernando, à equipe do governo que se empenhou, fez o compromisso, estava comprometido aqui que no dia 11 de janeiro, a Casa em recesso, mas aqui recebemos os servidores da Saúde que sabem dessa responsabilidade. Quero aqui, também, fazer um deferimento ao Dr. Franco, que externou aqui a gratidão ao governo, ao atendimento a vocês do Sindicato. Eu acho que isso dignifica o homem de quando houver a gratidão, realmente expressar. Não só cobrar, não só espinhar o governo. O governo também tem várias situações para resolver, mas neste momento de reconhecimento, porque houve avanço, sim, para o sistema de Saúde, aos servidores da Saúde. E temos aí, servidores da Sedam que estão esperando também o avanço do seu PCCR, e demais servidores. Mas isso

é uma porta de entrada, começando 2021 com muita responsabilidade. Feliz com esta reunião, uma reunião harmônica, a qual tem pequenos ajustes a se fazer? Tem. Tem sim, pequenos ajustes a se fazer. Acho que podemos sentar à mesa, resolver essas situações. E o mais breve possível, Dr. Fernando, esta Casa votar, votar esse Projeto de Lei, esse PL, dando essa liberdade, dando essa tranquilidade aos servidores da Saúde, aos seus familiares, que possam prestar um serviço com dignidade.

Então, fica aí, Deputado Cirone Deiró, nós estamos juntos com vocês, juntos nesta luta. Tenho vários amigos ali na região de Cacoal, que estão dentro do Hospital Regional, dentro do Heuro, passando por essas consequências também, eu, há muitos amigos eleitores que têm essa responsabilidade com vocês aqui da Saúde, de votar esse Projeto de Lei. Fica aí a nossa gratidão ao Governo do Estado por essa responsabilidade. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Senhor Júnior Gonçalves, Secretário da Casa Civil.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Eu quero ser breve. Em nome do Governador, Coronel Marcos Rocha, eu agradeço primeiramente à Casa de Leis pela maestria de estar conduzindo esse processo; aos sindicatos, que apesar dos embates, todos foram muito saudáveis. Então, nós conseguimos criar um ambiente de respeito. Isso é mérito de todos que estão assentando esta mesa, e eu agradeço em nome do Governador, porque é assim que nós vamos construir um bom resultado final. Sem pegadinhas, sem emoção, mas com a razão e com a certeza de que estamos sendo transparentes dentro do processo de negociação. É difícil — não, é? —, porque gato esquentado tem medo de água fria. É natural, principalmente quando já se viveu a esperança de ver um projeto quase vir a ser realizado e, de repente, ele é retirado. Obviamente eu não estou aqui para olhar pelo retrovisor. Não posso criticar e nem ser injusto porque não estava para saber o que de fato aconteceu para isso vir a ser gerado. Mas da nossa parte, da parte do Governador, nós queremos sempre tratar um processo transparente, claro e com as cartas na mesa. Não tem pegadinha. É assim que nós queremos conduzir qualquer processo.

E também quero deixar aqui, claro, o reconhecimento a todos que estão à frente da Saúde, porque se estamos aqui, hoje, de pé, é porque a Saúde está aguentando firme. Se não fossem os profissionais da Saúde, não desmerecendo qualquer outro profissional, que tem também o seu papel, como a Segurança Pública e outros, mas se não fosse a garra, o psicológico firme dos profissionais de Saúde, não estaríamos de pé, não teríamos o Estado, que apesar dos pesares, está conseguindo vencer a Covid. E eu gostaria aqui, sem demagogia, de que todos nós possamos aplaudir os profissionais de Saúde, neste momento, independentemente de qualquer coisa, porque são eles que estão segurando o Estado de Rondônia de pé, nesta pandemia. **(aplausos)**

E para finalizar, o Governador Marcos Rocha buscou duas prioridades: o recurso — para quem é gestor sabe, o

Governador, está diante dele um caixa. Esse caixa tem limites. E a pandemia trouxe um grande desafio: de cara, foram R\$ 200 milhões a mais que teve que ser voltado do caixa do governo para a Saúde, para aguentar o tranco desse momento de pandemia, fazer as aquisições. Obviamente, isso frustra alguns planos, mas é o necessário a ser feito. E como gestor, ele teve coragem de abrir mão de muitas coisas para reverter e segurar a Saúde com o orçamento. Foram R\$ 700, não é? Mas R\$ 200 só da Fonte 100, não é? Considerando a ajuda. Só que ele priorizou trabalhar a Saúde e também a Segurança Pública, que eu não posso deixar de ressaltar, neste momento, que em 2022 também estarão sendo contemplados os da Segurança Pública que estão no embate, no combate também à Covid, dentro da fiscalização, continuam na rua, neste momento. São 8% de reajuste que foram concedidos às forças policiais: Polícia Penal, Polícia Civil, Politec, Polícia Militar. Também a implantar após a calamidade.

Então, ou seja, o governo está buscando valorizar o servidor dentro do que pode, com responsabilidade. Muitas vezes, nós sempre vamos olhar ali: pode um pouco mais. Só que chega uma hora que nós temos que desenvolver o Estado, investir, gerar caixa para esse "um pouco mais". E eu quero deixar aqui, para a Saúde não é um aumento de salário que nós estamos propondo. Eu sempre falei isso, desde o primeiro momento: é uma carreira. É um equilíbrio de carreira e uma perspectiva de como eu vou entrar e como eu vou sair. E quando você amarra um PCCR, o maior ganho é que acaba o pires. Então, esses embates para ganhar puxadinhos, para ganhar um auxílio ali, outro aqui, por que não se faz um Plano de Carreira, nós vamos encerrar ele, historicamente este ano, junto com os senhores.

Então, ou seja, que Deus nos abençoe, que todos tenham sabedoria para dirigir isso e fazer a conta certinha, porque o Estado tem limite e aqui está o nosso limite. Mas nós queremos desenvolver e assinar esse PCCR junto com vocês e aprovar nesta Casa, junto com o nosso Governador. Tá bom? Que Deus abençoe a todos, e que nós possamos fazer a diferença.

O SR. JAIR MONTES – Rapaz, o homem aprendeu. O primeiro dia que eu conheci ele, não sabia nem falar. Rapaz, é muito rápido! Pessoal, eu vou ter que me retirar, aí já está encerrando, mas contem comigo, o Deputado Jair Montes está junto com vocês para que nós possamos chegar do sonho, na realidade.

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA - Secretário Júnior, eu queria só que o senhor informasse se vai ser por e-mail, se vai ser impresso, como que a proposta vai chegar até a gente, para a gente poder analisar.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR – Por e-mail é mais fácil, mais rápido, não é?

O SR. CHARLES ALVES DE OLIVEIRA – Tranquilo. Aproveitar e agradecer a todos o empenho, a colaboração. Sabemos que tivemos, aqui, vários embates, mas como o senhor falou, de forma respeitosa. Agradecer o Deputado Dr. Neidson, que sempre esteve à disposição, dar as boas-vindas ao meu amigo de infância Deputado Alan Queiroz. Então assim, graças a Deus

nós conseguimos chegar nessa primeira etapa. Daqui para frente, pedimos a Deus sabedoria, para que a gente construa uma proposta satisfatória para todos os servidores que vêm sofrendo ao longo desse tempo. Muito obrigado a todos. Que Deus abençoe em 2021, repleto de realizações, que Deus nos proteja desta pandemia.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Bem, eu quero pedir também aos Secretários que permaneçam ainda, no local, que nós queremos conversar sobre a situação da Covid. Agradecer a todos os Sindicatos, aos Conselhos que estão aqui presentes, e reconhecer a importância que vocês têm também, com relação aos funcionários públicos. Eu, quando eu trabalhava no João Paulo — estou afastado pelo mandato —, nós escutávamos muito, e até já cheguei a falar também que o Sindicato não fazia nada pela Saúde. Quando a gente está do lado de lá é uma coisa, quando nós estamos do lado de cá, a gente reconhece realmente a importância de cada Sindicato na Saúde, principalmente, para representar a classe. Precisamos de vocês também.

Então, agradecer também ao Governo do Estado de Rondônia; ao Secretário Chefe da Casa Civil; ao Secretário Fernando Máximo, o Secretário Fernando, a Bia, ao Thiago que está presente, a nossa técnica Patrícia, e ao Governador Marcos Rocha por estar cumprindo o que foi acordado aqui com a Comissão de Saúde, com os Sindicatos. E dizer que vai ser um marco histórico para o Governo Marcos Rocha, também essa aprovação. Então vamos aguardar a análise dos Sindicatos desse Plano de Carreira, e depois nós vamos marcar outra, poderíamos marcar uma reunião, o retorno...

A SRA. LEANDRA MAIA MELO – Ainda não, não é? Não tem a data ainda, não é, Presidente?

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Que nos comuniquem para que nós possamos fazer o convite.

A SRA. CÉLIA CAMPOS – Só uma última palavrinha. Também quero agradecer. Eu espero que realmente esse Plano fique satisfatório a todos. Eu acho que a gente deu um grande passo hoje. Agora vamos analisar e conversamos depois. Mas o que eu queria pedir para vocês é o seguinte, principalmente ao Secretário de Saúde, Dr. Fernando: nós temos um colega enfermeiro que teve Covid, que ele não está bem. É o enfermeiro Roberto, o senhor deve saber. Queria pedir aqui uma atenção especial para esse enfermeiro. Foi feita uma vaquinha virtual para ajudá-lo, foi arrecadado um grande valor e infelizmente, a única pessoa que ele tinha do lado dele, um irmão, pegou esse dinheiro e ele está passando necessidade novamente. Todos sabem que o enfermeiro Roberto está vegetando, infelizmente, por conta do Covid. É uma pessoa espetacular que trabalhava, tanto no HB como no João Paulo. Ele é da Psiquiatria, ultimamente no HB, e está precisando de ajuda novamente.

Então, gostaria de pedir apoio, tanto da Sesau, do governo, como também da Assembleia o que puderem fazer para ajudar. Nós já pensamos em fazer uma nova rifa para ele, também. Eu acho que ele está precisando.

O SR. JOSUÉ DA SILVA SICSU – Eu estou indo agora lá na casa do enfermeiro Roberto, que tenho acompanhado também. Dia 13 agora, ele está saindo no voo comercial, junto com o técnico de enfermagem que está acompanhando ele e junto com uma prima, que veio da Bahia e estará indo para junto dos seus familiares. Mesmo assim, precisa de recursos lá. Segundo me passaram ontem, ainda não tem uma cama lá para receber ele, ele está saindo já no voo e a gente está correndo atrás dessas situações. Saindo daqui eu estou indo lá para a residência dele para ver também essa situação, esse problema.

Porque também tem a situação, não sei quem conhece o enfermeiro Novaes, que é o advogado, que ele é maçom também, então ele está acompanhando esse processo todo. Inclusive pela Maçonaria, o Novaes. Quem quiser contactar com o Novaes, ele tem o acesso também a essa situação. Eu estive falando ontem com o Dr. Novaes.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Amigos, eu acho que...Agradecer ao pessoal do Sindicato. Mas nós vamos continuar a Reunião aqui com o Chefe da Casa Civil, com o nosso Secretário de Finanças, nosso Secretário de Saúde para a gente falar um pouquinho de saúde do Estado de Rondônia. Convocação do nosso Presidente, Dr. Neidson. Aqui, o governo é só convidado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

(Encerra-se esta Reunião às 13 horas e 14 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2567/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

PRORROGAR:

A cedência da servidora **AURORA MARIA DE OLIVEIRA PIRES**, cadastro nº. 100009672, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo deste Poder, para Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento dos pagamentos pela cessionária, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0113/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

A servidora **ROSANA APARECIDA DOS SANTOS**, matrícula 300025070, ocupante do Cargo de Técnico Educacional Nível 1, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de janeiro de 2021.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0140/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

CARINE LIMA LOBATO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-03, do Gabinete do Superintendente de Finanças, a partir de 13 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0141/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

OTACILIO JUNIOR MENDES PINHEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-

03, no Gabinete do Superintendente de Finanças, a contar de 14 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0200/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

Ato nº 0084/2021-SRH/SG/ALE, de 13/01/2021, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 004, de 13 de janeiro de 2021, que alterou a referência do Cargo em Comissão da servidora **TAINA MARIA PEREIRA FERREIRA**.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0201/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

Ato nº 0062/2021-SRH/SG/ALE, de 12/01/2021, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 004, de 13 de janeiro de 2021, que exonerou o servidor **LUIZ HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA**.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0205/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

O Servidor **PAULO VALJAO FERREIRA**, matrícula 200982-1, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 1º de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0206/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARTA ALVES PENA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0207/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ADRIANO ARAUJO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0208/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e,

nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

DEBORA CASSIMIRO DE CARVALHO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0209/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

MARCOS ANDRE SANCHEZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0210/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ROSANA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-27, no Gabinete da Presidência, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0211/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

MARLENE CAMPOS DA LUZ KALKE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0212/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

VINICIUS DE OLIVEIRA BONFIM, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-29, no Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0213/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ANNE CAROLINE BENTES CARDOZO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código

AP-27, no Gabinete do Deputado Geraldo da Rondônia, a contar de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0215/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

PAULO VALJAO FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-06, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 18 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0216/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EX O N E R A R

REGINALDO BENEDITO BELCHIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, do Gabinete do Deputado Chiquinho da Emater, a partir de 15 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0219/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EX O N E R A R

ABNER DIONY DE SOUZA MAXIMIANO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-20, do Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Orçamento e Organização Administrativa, a partir de 31 de janeiro de 2021.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 004, publicado no dia 13 de janeiro de 2020, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº2699-SRH/SG/ALE, da exoneração da servidora **ROSILENE DE OLIVEIRA FERREIRA**, conforme o memorando nº 03/GDCM/2021.

ONDE SE LÊ:

A partir de 22 de dezembro de 2020

LEIA-SE:

A partir de 28 de dezembro de 2020

Porto Velho-RO, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 004, publicado no dia 13 de janeiro de 2021, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº0095/2021-SRH/SG/ALE, do Servidor **BRUNO MOUZINHO SPINELLI**, conforme o memorando nº 11/GAB/DEP. EDSON MARTINS.

ONDE SE LÊ:

Assistente Parlamentar, para o código ASP-27

LEIA-SE:

Assistente Parlamentar, para o código ASP-25

Porto Velho-RO, 15 de janeiro de 2021.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO